

# **A Idade Média**

---

## *na História da Civilização*

Antero de Quental  
J. P. Oliveira Martins  
Júlio de Vilhena



ESFERA DO CAOS  
EDITORES

**Título**  
A Idade Média  
na História da Civilização

**Autores**  
Antero de Quental, J. P. Oliveira Martins e Júlio de Vilhena

**Direitos Reservados  
para Actualização Ortográfica**  
© Esfera do Caos Editores Lda

**Design**  
Flukstudio

**Impressão e Acabamento**  
Papelmunde SMG Lda

**Depósito Legal**  
XXXX

**ISBN**  
989-8025-11-5

1ª Edição  
Outubro de 2006

ESFERA DO CAOS EDITORES LDA  
Campo Grande  
Apartado 52199  
1721-501 Lisboa  
esfera.do.caos@netvisao.pt  
**www.esferadocaos.pt**

## ÍNDICE

---

<b>Antero de Quental</b> a Oliveira Martins	15
<b>Oliveira Martins</b> a Antero de Quental	23
<b>Júlio de Vilhena</b> As Raças Históricas da Península Ibérica e a sua influência no direito português	33
<b>Oliveira Martins</b> a Júlio de Vilhena	45
<b>Júlio de Vilhena</b> a Oliveira Martins	65
<b>Oliveira Martins</b> a Júlio de Vilhena	95
<b>Júlio de Vilhena</b> a Oliveira Martins	107
<b>Apêndice</b> Cartas de Oliveira Martins e Júlio de Vilhena	117

## Oliveira Martins

---

a Júlio de Vilhena <sup>1</sup>

**U**m escritor, cujo nome é a primeira vez que encontro, assinando um livro que se chama – *As raças históricas da Península ibérica* –, entendeu dever dar o seu voto sobre as impugnações feitas pelo Sr. Antero de Quental a certas opiniões do meu livro – *Teoria do Socialismo* – e sobre a resposta que nesta folha eu dei ao mesmo Sr. Não só o merecimento, revelado no seu livro, pelo Sr. Dr. Júlio de Vilhena, mas a urbanidade e distinção – predicados tão pouco vulgares entre os moços (eu creio que S. Exa. é moço) – com que entra nestes assuntos, impõem-me o dever de retorquir às suas censuras.

Começou, desde certa época, a lavrar em Portugal a mania de que o saber e a grosseria eram inseparáveis, de que uma diferença de opiniões científicas exigia logo inimizade pessoal entre os seus autores, de que o melhor esteio de um argumento era uma insolência, e o melhor título do erudito a falta de asseio. Não há dúvida que o estado dos espíritos em Portugal se achava por tal forma abatido, que a consciência do mérito próprio poderia tornar-se como atenuante da insolência violenta, em espíritos menos serenos, menos elevados por isso.

---

<sup>1</sup> *Jornal do Comércio* de 23 a 26 de Julho de 1873.

Durou pouco, afinal, o período da má-criação, foi efêmero o reinado da grosseria, e já hoje se começa a perceber entre os moços que a urbanidade é a melhor companheira do saber, e o mais seguro penhor da rectidão, e que o melhor saber é aquele que se bebe no ar são da atmosfera humana, não aquele que se engoliu de mistura com as exalações pulverulentas das bibliotecas fradescas. Saber e não pensar, nem viver, corresponde ao aferrolhar do ouro, em que se delicia o avaro; a sabedoria é como a moeda, o seu valor provém da circulação, é uma utilidade, não é um valor em si. O verdadeiro sábio é aquele que ao mesmo tempo é homem na acepção moral e fisiológica da palavra, e não aquele a quem os franceses chamam *rato de biblioteca*, e os ingleses *traça de livros*, monstruosidade moral e animal, exótico, eriçado de espinhos de intolerância, de inveja, de pequeninos ódios e ruins paixões. Ai! porém, dos que sob esse manto de poeira e textos não escondem mais vestuário do que farrapos de charlatães de feira!

Mas se dá gosto a quem é sério entrar assim em campo com um adversário leal – e aos desleais, ou charlatães, ou doidos, é mister nunca responder, conforme ordena a higiene do espírito –, a lealdade impõe uma franqueza absoluta, direi mesmo a rudeza natural às coisas do pensamento, por natureza própria superiores às convenções aparentes da sociedade. Não se confunda, não, a cortesia parva dos mundanos, com a urbanidade superior dos que pensam. Ao vulgar há-de muitas vezes parecer violento aquilo que não passa de franqueza rude, mas leal.

Ainda neste ponto me encontro de acordo com o Sr. Júlio de Vilhena, e compreendo, e aceito e agradeço a rudeza com que me trata. Desde já lhe prometo aceitar o exemplo.

Mas há outro processo em que as nossas opiniões começam a divergir (para não se encontrarem mais), e falarei dele antes de entrar na questão, objecto deste artigo. É o sistema – de que tanto se abusa e eu desejara não ter de contar o Sr. Dr. Júlio de Vilhena no número dos que o fazem –, é o sistema de, uma vez aceite por nós uma doutrina, uma vez conhecido um mestre, chamar indiscutível à doutrina e único a esse mestre. Ora, em

nossos dias, quando tudo cai, *os reis caem, os impérios caem, o mundo inteiro vacila*, em que há, por menos, tantas doutrinas como cabeças; hoje é perigoso, depõe mesmo contra quem o faz, vir à praça com Fuão sob lo braço a gritar: «Crê ou morres!», porque cada um de nós pode fazer outro tanto e ninguém se entenderá afinal.

Diz o Sr. Dr. Vilhena que a minha tese do retrocesso da Idade Média é *velha*, completamente condenada pelos *modernos trabalhos* da filosofia da história, e que tais coisas não ficam bem na boca de um escritor que deve conhecer o movimento científico deste século. — Eu podia responder que a impugnação de *velho* não bastava: há tanta coisa das *velhas*, que valem mais do que as novas! mas não respondo, porque efectivamente sou pelo *novo*, em princípio. E conheço ou não o movimento científico do século, não sei; apenas posso afirmar que faço pelo conhecer.

Mas, agora, deixe S. Exa. que lhe diga uma coisa: — Parece-me que isso não vem ao caso, que a teoria do retrocesso da Idade Média e a oposta, nem são velhas nem novas: eu, por menos, encontro ambas, caminhando a par, desde o século XVI, durante o qual começaram, pode dizer-se, os estudos históricos. E quanto à minha, à do retrocesso, diga-me: acha Michelet ou Proudhon, por exemplo, muito velhos? parece-lhe que escreviam com os tais cronistas «que no século XVI ou XVII chamavam à Idade Média época de trevas e de retroacção moral»? (ainda no século XVIII se escrevia assim, e levaria agora muito tempo a dizer por que foi que poucos o fizeram na primeira metade do século XIX). O mesmo argumento serve ao Sr. Dr. Júlio de Vilhena para condenar a opinião, que eu sigo, da importância real e activa do espírito das raças germânicas na civilização moderna: é *velho*; «Littré demonstrou cabalmente que o elemento germânico foi unicamente passivo»; e a Renan, quantos anos lhe dá? e a Guizot? e ao Sr. Alexandre Herculano? e à Alemanha em peso?

Mas isto não passa afinal de um vício crítico; cada um de nós tem a sua opinião; julgar absurdas as alheias, por não serem as nossas, isso é que é absurdo.

A autoridade dos escritores é sem dúvida um argumento; mas o branco não é branco porque Littré ou Renan o digam, mas sim porque é branco. Para que pensaríamos ou discutiríamos, então? Dogma, por dogma, eu optaria pelos velhos.

E vamos à questão; se a crítica do Sr. Dr. Vilhena se reduzisse a esta verificação de idades e a esta idolatria de nomes (e para muitos reduz-se a isso) não valeria a pena dar resposta.

Diz S. Exa. que *em seu parecer* (assim, sim) a Idade Média nem sequer é uma crise, como pretende Antero de Quental, pois, «ao contrário, marca na civilização da humanidade uma elevação de nível, um grau superior ao do mundo greco-latino, tanto na ordem política, como na ordem religiosa». Esse grau superior provém exclusivamente do cristianismo, porque o elemento bárbaro teve um papel todo passivo, e o elemento romano auxiliou a Igreja na sua grande obra de transformação social.

Deparam-se-nos aqui elementos de natureza diferente, que convém separar, para melhor clareza do discurso: quando dizemos elemento romano ou germânico, falamos de dois factores etnológicos; quando cristianismo, falamos de uma revolução religiosa, independente, sob este ponto de vista, das distinções de raça. Assim, parece-me que a ideia do Sr. Dr. Vilhena se resume nesta série de proposições:

1º Houve uma sociedade (o império romano) que mantinha sob seu domínio quase toda a Europa:

2º As raças denominadas (os bárbaros) sacudiram o seu domínio;

3º Mas essa comoção política não modificou essencialmente a marcha dos acontecimentos nem das instituições, e a civilização continuou a crescer;

4º Porque, antes da comoção, a sociedade culta (romana) experimentará uma revolução religiosa que abraça vencedores e vencidos e em nome do seu superior preside à civilização moderna;

5º E essa religião nova encontra depois na instituição positiva (a Igreja católica) um fiel intérprete, e a sociedade civil, nesse intérprete, o mais forte propulsor do seu progresso.

Farei agora, em frente desta, a minha doutrina, que nem dou por *nova* nem por *velha*; que não imponho; que julgo ficar bem na boca de qualquer rapaz ou não rapaz revolucionário ou conservador; que entendo explicar melhor o que sei dos factos; que melhor se coaduna com o meu modo de pensar; que também defendo com autoridade não somenos, e que tenho como teoria, mas não como dogma:

1º Houve uma sociedade que mantinha sob o seu domínio quase toda a Europa e parte da Ásia e da África;

2º As raças dominadas da Europa sacudiram o domínio;

3º Essa comoção política é um facto etnológico e modifica essencialmente a marcha dos acontecimentos e das instituições, justapondo, com primazia, às antigas, as instituições bárbaras; e combinando por um modo original o espírito dos ex-dominadores vencidos com o dos ex-dominados vencedores; e por isso a civilização europeia saiu acidentalmente da norma abstracta do seu desenvolvimento.

4º Porque, além disto, o contacto da sociedade romana com as civilizações bárbaras (por caducas) da Ásia e África determinará antes uma reacção religiosa, que vem corromper a evolução metafísica da antiguidade e presidir à época posterior da história;

5º E essa religião nova encontra depois na instituição positiva um fiel intérprete dos elementos orientais de que se compôs; e a sociedade nesse intérprete o mais forte propulsor da reacção; — o progresso está contra ele, na resolução sucessiva dos elementos *divinos* em natural, e na educação gradual das raças bárbaras pelos princípios sociais e políticos do direito antigo;

Eis aí a nossa divergência, e é completa, nem por isso eu chamarei velho ao Sr. Dr. Júlio de Vilhena, e talvez pudesse fazê-lo porque a sua doutrina conduz, sem mestre, pela dedução lógica e histórica, a tempos e ideias que já lá vão... para não mais voltarem.

Passemos pois à análise e refutação dos argumentos, começando pelos que se referem ao cristianismo, tese filosófica e moral; daí seguiremos à Igreja católica, instituição positiva.

Quanto ao Sr. Dr. Vilhena a filosofia do cristianismo compõe um todo, um original, e forte, que se distingue e sobreleva às criações filosóficas da antiguidade. A sua superioridade moral consiste: – em afirmar o respeito da personalidade humana; – fundar a moral doméstica; – emancipar a mulher; – proclamar a paternidade universal; – a igualdade e *nivelação democrática e republicana* (folgo com esta afirmação, sintoma de melhores aspirações do que crítica); – apresentar uma fase de *moral prática* muito mais elevada do que todos os sistemas da antiguidade; – e acabar a escravidão.

Afirma tudo isto o Sr. Dr. Vilhena, sem se demorar muito, é verdade, a prová-lo; e mais afirma que *toca os limites do paradoxo* dizer eu o contrário. Ora, vou mostrar os motivos da minha (que é a de muita gente boa) opinião paradoxal... quase.

É necessário que nos entendamos bem: se o Cristianismo é para o Sr. Dr. Vilhena um todo moral, que de repente surgiu para salvar o mundo, S. Exa. tem por força de assentar-lhe as origens na *revelação*, e nesse caso é ociosa qualquer polémica entre nós; é uma questão em que não tenho voto agora. Mas se, para S. Exa., o cristianismo é uma época de evolução metafísica, e o encara como um fenómeno da história do Ideal, onde foram encontrar raízes esses princípios extraordinários, se não saem da antiguidade, se não são a sua conclusão filosófica? S. Exa. não no-lo disse; eu já escrevi o que penso a este respeito: «É necessário, quando se trata deste fenómeno religioso, saber distinguir sempre a parte que existe nele de assimilação moral estoica, e de tradição hierárquica e espírito místico orientais. Conforme encarmos o cristianismo sob cada um destes dois pontos de vista, encontraremos resultados que, sem a distinção, seriam inexplicáveis. Assim como o messianismo, o ascetismo, a caridade e a organização da Igreja descendem da segunda origem, assim a disciplina do trabalho que nos mosteiros criou as indústrias, o espírito de liberdade e dignidade humanas, pertencem à primeira: o cristianismo foi um imenso eclectismo moral que viveu de uma revolução social.» (*Teoria do Socialismo*, fl. 228).

Os pensadores do século XVIII (Gibbon à frente) diziam proximamente isto; depois veio um período *sui generis*, pequenina Idade Média, que nasceu depois da revolução francesa e se chamou romantismo, em que se inventou um cristianismo *liberal*, uma monarquia *liberal*, uma economia *liberal*, que por fim nem eram cristianismo, nem monarquia, nem economia, e caíram já no pó, como têm de cair todas as fantasias.

O cristianismo do Sr. Dr. Vilhena parece-me ser romântico.

Eu vou dizer em que consiste e como se forma: S. Exa. conhece decerto o livro tão notável de Troplong; pois é o modelo. Forma-se um tipo abstracto de moral (Troplong seguia a moral ecléctica da escola de Cousin), e chama-se-lhe cristianismo; as parábolas do Evangelho prestam-se a todas as interpretações e os apóstolos e os santos padres, como pertencendo entre todos a todas as escolas da antiguidade, dão também argumentos e máximas para todas as morais (seria um trabalho curioso, um sistema das contradições dos escritores cristãos). Muito bem; formado o tipo vai-se aos filósofos antigos, e, como a filosofia do cristianismo proveio deles, é evidente que lá se encontram as máximas *cristãs*, diz-se então: cá está! *influência do cristianismo sobre a antiguidade*. Ora, neste caso, manda-me a crítica dizer: *influência da antiguidade sobre o cristianismo*. Mas, como, para mim, não é esta a única origem nem a essencial do cristianismo, as afirmações do Sr. Dr. Vilhena exigem outra crítica.

O público e S. Exa. mesmo impõem-me o dever de os não fatigar repetindo aqui as citações do meu artigo anterior: Cícero, Séneca, Florentino, Ulpiano, Caio, a dizerem que o mundo é a pátria comum dos homens, que a humanidade é uma família, que todos os homens são livres e iguais, que a escravidão é contra a natureza. Tudo isto será cristianismo? Querem que seja. «Eis aí, diz Troplong, a filosofia do direito de posse dos grandes princípios de igualdade e liberdade que são a base do cristianismo; e não ficam na região das teorias, não! porque ainda antes de Constantino, já melhoram as condições dos escravos... Toda a parte moral da filosofia do direito romano até Caio e

Ulpiano é *filha do estoicismo*.» Como é pois cristã, ou serão cristãos os estóicos?

Eis o que Troplong responde: «Ulpiano que manda crucificar os cristãos, fala a sua língua, julgando falar a dos estóicos.» E como sucedia esse milagre? Di-lo-á Santo Agostinho: «*Leges romanorum divinitus per ora principium emanarunt.*» Vários juristas pensaram também assim: que os jurisconsultos pagãos, aconselhando os imperadores, eram ministros de Deus dos cristãos. (Duch ap Irap.) E como a crítica não pode aceitar esta interpretação, embora a fé a aceite, e como é crítica o que discute e não fé, não vejo ainda a razão por que o Sr. Dr. Vilhena chama paradoxal ao meu juízo.

E como o Cristianismo provém para mim, essencialmente, de outras origens, as orientais, vamos agora a ver a opinião delas sobre as conclusões do estoicismo; será afirmar a *personalidade e liberdade humanas, será igualitária, niveladora e republicanamente*, que aparece a doutrina do pecado original, da perversidade natural do homem, do abandono das coisas terrenas, do ascetismo, do misticismo do suicídio que Tertuliano prega? será republicanamente que S. Paulo diz: *quem resiste resiste a Deus*, e S. Pedro acrescenta: *obedece ainda aos maus príncipes*? Isto é que em verdade me parece paradoxal.

*Democrática e niveladoramente* é, com efeito, mas de uma democracia e de uma igualdade, que nós cá os democratas igualitários de hoje não queremos já. Faze penitência, deixa-te morrer, o mundo é pôr o homem em pecado! Eis aí a igualdade comunista mística, que, no dizer de Guizot, teria perdido a Europa, a não ser o feudalismo. Quanto, pois, ao respeito pela personalidade humana, à liberdade e à igualdade, parece-me defendida e exposta a minha tese. Falta-nos agora a família e a mulher, e a abolição da escravidão.

Se o Sr. Dr. Júlio de Vilhena me diz que a moral e a família estavam corrompidas ao cair do império, eu concordo; seria absurdo negar a luz.

Também em nossos dias a família e a moral, apesar de cristãs, estão corrompidas, como o provam os trinta por cento de

filhos ilegítimos. E que prova isso? Nada. Que o império se corrompera? Já o sabíamos. Que a moral cristã veio fazer essa decadência? Por forma alguma.

O cristianismo veio, ao contrário, pelo culto da mulher, destruir, na autoridade do pai, o velho e admirável tipo da família romana, a que as sociedades contemporâneas hão-de ter de voltar proximamente, quanto a mim.

Aconselho ao Sr. Dr. Vilhena, se mo permite, a leitura de Comte, de Michelet e de Proudhon, para adquirir um cabal sentimento do problema da família, que é o fundamental.

Eu, aqui, limitar-me-ei a mostrar como a civilização moderna nunca atingiu ainda um tipo de família, não direi superior, mas igual ao antigo tipo romano; como o feminismo cristão acelerou a sua decadência e o misticismo consumou a sua ruína.

O sólido e bem feito livro de Fustel de Coulanges (*La cité antique*), entre outros, fornece aos que não são eruditos um quadro completo da família romana, na sua pureza. É uma entidade mais transcendente do que natural; o casamento é um verdadeiro sacramento; a *magestas viris* adquire no *pater familias* um carácter sacerdotal, os laços naturais uma sanção moral e sobre essa entidade superior assenta a cidade, outra criação transcendente. A agnatio, família natural, serve a formar a *gens*, família política e a sociedade a mais sólida das bases, a natureza compreendida pelo espírito uma instituição natural revestida por uma consagração transcendente. Mas a mulher, diz-se, era uma escrava. Não era; não cabe nos limites, nem se coaduna com a índole deste artigo, descrever detidamente o lugar da mulher na família romana; basta, porém, registar esta fórmula do casamento: *Ubi caius, ego laia*, basta deixar transcrito este texto do *Digesto: Uxor socia humanae rei adque divinae*, para reconhecermos que o lugar da mulher, se não era igual ao do marido na autoridade, era-o na dignidade.

Com o tempo corrompe-se, quando a Ásia corrompia tudo, o casamento. São bem conhecidas de todos as leis de Augusto. O *non legitimum matrimonium*, e até o *concubinatus*, adquirem carácter legal; e o divórcio ataca pela raiz as *justae nuptiae*. Qual

é o carácter predominante desta corrupção? A libertação da mulher; digo mal, a deslocação da mulher, do lar para o foro. Quando Roma diz que ela *jus tale habet quale viro*, o casamento acabou, acabou a família, e o feminismo oriental venceu, ainda aqui, a batalha.

O feminismo oriental, quer dizer o Cristianismo, religião de mulheres, para mulheres, começou por fazer delas sacerdotes, e acabou por as definir virgens e imaculadas.

*Christiana disciplina paulatim patriae pratestatis duris tem emmolliente*, diz Godofredo (ap. Troplong). E é do seio ainda dos cristãos que sai um brado contra a loucura; é Santo Agostinho que diz: *Nihil de tua veste, nihil de tuo auro et argento, vel quacumque pecunia, sine arbitrio mariti facere debuisti*. Eis aí a emancipação da mulher julgada por um dos Padres da Igreja! eis a glória do Cristianismo julgada por cristão!

Vem depois a Idade Média e a família feudal: daqui partiram os românticos para cantarem mais uma vitória do espírito cristão. Mas é mister não confundir: a família feudal, como *elemento político*, tem uma alta significação; segundo Laboulaye: «quando as sociedades nascem e a aristocracia domina, a família é um dos elementos políticos do Estado.»

Estude o Sr. Dr. Vilhena a Idade Média portuguesa e aí encontrará com tal frequência o casamento *de juras* e o *conhoçudo* ou barregania, com tal frequência e tão legalmente reconhecidos como o *non legitimum* e o *concupinatus* da decadência romana. Onde fica a reconstituição da família? Eis aqui um daqueles admiráveis toques do grande pintor Michelet: «Tudo é vago na Idade Média.»

É marido, o marido? É pai, o pai? Nem sei. A família, ideal e mística, moldada na lenda, recebe doutra fonte a autoridade, *não há pai* no antigo sentido da palavra. Este nome, que queria dizer criador e gerador, usurpou-o um terceiro. O pai diz-lhe agora: «Meu pai!» Que lugar é o seu na família! Ponhamos de parte uma ideia, constante na Idade Média, ponhamos de parte o adultério.

Imaginemos a família respeitada e pura e santa. Não deixa de ser triste. É o desprezo do homem, o amesquinamento do marido. Para ela a mulher é virgem. Porque tem noutra parte a alma, e dando tudo, não dá nada. O seu ideal é outro. Se é mãe, foi que concebeu do espírito, o filho pertence-lhe a ela. A ele não? não. Eis aí consumada a outra vitória, a da mulher. Efectivamente venceu, matando a família. A Idade Média é o seu reinado; cantada nas *sirventes*, rainha no solar, quase deusa na *corte-d'amor*, pintada na Renascença pelo pincel de Rafael, deusa, rainha e ídolo desde a igreja, pela família, até ao palco, a mulher é o maior credor da moral cristã. Pobre serviço afinal, que a rouba ao seu verdadeiro meio, ao lar, aos filhos, ao amor, para lhe dar um cortejo de orações obscenas!

De modo que só nos falta a abolição da escravidão. Disse eu que, depois do estoicismo a declarar *contra naturam*, o Cristianismo lhe descobre um fundamento místico nas palavras de Santo Agostinho *pure intelligitur imposita peccatoria*. Diz o Sr. Dr. Vilhena que estas palavras não querem dizer tal, que não se conclui delas ser o pecado original a *razão suficiente* da escravidão; que querem dizer pois?

Segundo S. Exa., a doutrina do pecado original, além de não reconstituir moralmente a escravidão (faltou-lhe dizer como, e porquê), tem uma alta significação política, porque introduz na sociedade um princípio de ordem moral:

«Colocado debaixo da pressão do pecado, o homem, cumprindo a lei moral, habilitar-se-á a cumprir os seus deveres jurídicos.»

Ora isto é que, em verdade, é velho, porque é contraditório com todos os princípios de liberdade humana, que o Sr. Dr. Vilhena parece prezar, quando faz deles um título de glória para o Cristianismo. Se os não preza, a sua defesa da Idade Média cai pela base, e então não chamarei boa nem má, mais ou menos exacta a sua doutrina: pedir-lhe-ei que nos deixe em paz! Se o cumprimento dos deveres jurídicos não é imposto ao homem pelos ditames da sua consciência livre, antes exige a *pressão do pecado original*, adeus liberdade, adeus direito, adeus pro-

gresso, adeus *democracia republicana* que S. Exa. viu no Cristianismo! Vista o Sr. Dr. Júlio de Vilhena uma das roupetas que os alfaiates do Vaticano talham em Roma e vá para lá. Leia Mariana e verá que também os jesuítas são democratas republicanos a seu modo.

Passemos agora a examinar a Igreja católica e a acção que teve na Idade Média dentro da sociedade civil. Derrocadas as ideias e as instituições da antiguidade, pela invasão das ideias orientais e pela dos bárbaros do norte, a Igreja representante da autoridade mística é o único poder positivo que se mantém na Europa, atacada pela doença do misticismo. A Itália, a França e a Espanha, logo e pouco depois a Inglaterra e a Alemanha, constituem a grande nação *católica*, e a Igreja adquire, para o não perder mais, o carácter do poder e instituição civil: continua o império. Embora oposta ao espírito primitivo de abnegação mística, embora opostas às tradições antigas que o primeiro Cristianismo aceitara, a Igreja pode dizer-se representante fiel de uma parte ao menos do sistema moral e político chamado Cristianismo: da tradição mosaica, da teocracia oriental.

Este é o princípio que a alma e lhe dá vida perante a sociedade civil. O primitivo espírito místico cristão, nivelador e comunista, ressurgiu depois ao lado, mas não na Igreja, com as ordens mendicantes, e mais tarde com a reforma alemã.

Quando se diz, pois, que a acção da Igreja perante a invasão dos alemães foi salvadora, é mister não confundir o muito que a Europa deveu à iniciativa audaz, crente e grandiosa do clero como pessoas; e o nenhum conceito que merece ao progresso o *princípio* que dava coesão moral a esse corpo. E a prova está em que, passada a invasão, serenada a tempestade, e caminhando a Igreja no desenvolvimento lógico do seu princípio, é contra ele que se consumam todas as vitórias da sociedade moral e civil. Desde Abeilardo até Stegel, a Igreja vai gradualmente perdendo sempre, até o perder de todo, o império da consciência humana; desde o feudalismo até à revolução francesa, a Igreja vai gradualmente perdendo sempre, até o perder de todo, o império social e político.

Agora perguntarei: e se não é o princípio da Igreja católica o que vence, qual será? qual será o corpo de doutrina que a consciência da humanidade abraça? Quanto a mim, é o que imediatamente se deduz e continua o da filosofia antiga, sem dever nada nem ao misticismo nem ao feminismo, nem ao comunismo, nem à democracia, nem à teocracia da Idade Média. No Estado vejo constituírem-se as monarquias sobre uma dedução mais larga dos ideais da cidade e do homem, que a antiguidade legara. Na filosofia vejo continuar a evolução das ideias naturalistas, até concluir pela mais transcendente de todas, a da Imanência. Na sociedade vejo um renascimento constante, um trabalhar ininterrompido sobre o direito romano. E, dentro da própria Igreja, não encontramos, desde o dogmatismo oriental de Santo Agostinho até ao naturalismo dos jesuítas, um movimento de reforma constante no sentido das ideias antigas?

Depois disto, espero eu que o Sr. Dr. Vilhena não suporá que eu julgue que «durante toda a Idade Média o mundo social e político esteve assistindo impassível à grande transformação religiosa.» Nem tão *velho!* *Assistir impassível* é um modo de ser incompatível com a substância do espírito humano.

Não assistiu impassível, não; protestou sem cessar e foi vencendo todos os dias, até ao de hoje, e terá que vencer ainda essa série de criações e de instituições mórbidas, a que o Sr. Dr. Vilhena chama o progresso da Idade Média.

Diz Sua Exa. que à Igreja deve principalmente a sociedade — a conversão da escravidão romana na servidão feudal; desta na propriedade de mão morta; — e daqui a organização comunal, fundamento da liberdade moderna. Mais lhe deve ainda a acção útil do poder político dos pontífices.

Ora eu tinha muito que perguntar ao Sr. Dr. Vilhena a este respeito; como é que da propriedade de mão morta sai a organização comunal? O que eu sei da Idade Média diz-me, ao contrário, que é contra a Igreja que mais se armaram as insurreições comunais; na nossa história, a da cidade do Porto é fecunda em exemplos; quanto à França, leio em Domol que «a Igreja foi quem, pela *organização peculiar da sua propriedade senhorial*,

mais se retraiu dentro do movimento geral; é contra ela que têm lugar as primeiras insurreições comunais».

Walter Scott, no romance *Ivanhoe*, desenha este movimento na Flandres.

E vamos agora ao *facto* da abolição da escravidão, para fundamentarmos a verdade no princípio exposto antes. A conversão da escravidão romana na servidão feudal é um progresso? conforme, o servo *homo de corpore pecunia viva* pouco sobrelava ao escravo; não assim o *adscriptus glebae*, tipo original da servidão agrária da Idade Média. Que a condição real de um e outro seja melhor, do que o era a do escravo romano no tempo de Augusto, por exemplo, importa pouco; pois, se também compararmos o escravo romano da decadência com o escravo romano da república, o segundo levará vantagem ao primeiro, como o saberá o Sr. Dr. Vilhena; a escravidão era uma instituição civil que o direito natural já não sancionava na antiguidade. Ponhamos, pois, isso de parte.

Na Idade Média, se vamos ao mundo operário, Levasseur nos diz como os *sodales* do velho colégio romano caíram na condição de servos, *homines de corpore*, escravos. É depois com as tradições do *collegium* e com o espírito da *ghilde*, que se constitui a comuna operária. Onde veria aqui S. Exa. transformação progressiva da escravidão? Eu vejo homens livres, caindo na condição de escravos, e escravos passando à de *homines de corpore*.

Mas, o Sr. Dr. refere-se à propriedade rural: lá vamos. Não ignorará S. Exa. que o terreno sobre que a acção da Igreja operava, continha dentro de si, pelo que respeita ao império romano, o escravo cultivador, o cultivador *colonus* e o cidadão proprietário cultivador, embora rara esta espécie (V. Chavanne); o colono, segundo Savigny, podia tornar-se proprietário quando tivesse direito de *civis romanus, latinus*, ou *peregrinus*: e colonos, especialmente depois de Constantino, havia muitos.

Já vê que nem tudo eram escravos. Pelo que respeita à sociedade teutónica encontramos o *lite*, cuja condição, segundo Guérard, era superior à do servo, e o proprietário *alodial*, forma quase única da *propriedade*, segundo Laboulaye. Vem a Igreja, o

sistema beneficiário e o feudalismo, consuma-se esse facto tão preclaramente civilizador, *transforma-se a escravidão na servidão*, e qual é o estado das pessoas sobre a terra? Aug. Thierry poderá dizer, não eu ao Sr. Dr. Vilhena, que não só o escravo mas também o colono, mas também o proprietário alodial caem, perante a grande propriedade eclesiástica e feudal, na condição de *servos*. É este mais um dos progressos da Idade Média?

A este respeito perguntava eu (*Teoria do Socialismo*, fl. 242): «Se o espírito de caridade cristã e de independência germânica podem explicar a assumpção do escravo à condição *melhor* do servo, não será contra a razão supor que os mesmos motivos determinem a queda do pequeno proprietário livre germânico e do colono romano na condição pior de também servo?»

E, profundo a observação perspicaz de Doniol, que considera *original* a servidão, ao contrário da escola histórica romanista, que só a tem como uma dedução da escravidão antiga, conclui que a servidão da Idade Média é *original*, funda-se na doutrina do *pecado*, corresponde à noção de direito transcendente de propriedade, noção já esgotada no direito romano, e restabelecida pelo orientalismo cristão, e por tudo isso é que absorve em si uns e outros os livres e os escravos, os *colonus*, o *lite*, o proprietário de *alods*, e a *coisa* da antiguidade.

Já vê pois o Sr. Dr. Vilhena, que os meus paradoxos, para me convencer de que o são, necessitam de parte de S. Exa. um trabalho maior do que a simples afirmação, apesar de apoiada em Littré, que eu muito respeito aliás.

Quanto à acção social, *útil*, do poder político dos pontífices, não seria mister discutir factos, bastaria que discutíssemos o qualificativo. Acha S. Exa. que foram úteis? eu acho que não. A nossa divergência é filosófica, não é histórica. Eu, pegando nos quatro volumes do Sr. Alexandre Herculano, e deparando com a história do censo, com o episódio de Soeiro Gomes, com o testamento de D. Sancho, com o reinado de D. Afonso II, com a pessoa de Inocêncio III, indo mais além e lendo a carta de Afonso IV aos bispos portugueses (na *Synop. Chron.*), saindo de Portugal para ir ouvir os cantares da Provença, para acompa-

nhar S. Domingos e o duque de Monfort; voltando a casa uns séculos depois, e ouvindo a Gil Vicente na Ribeira

Feirai o carão que trazeis doirado  
Oh presidente do Crucificado  
Lembraí-vos da vida dos santos pastores  
Do tempo passado

eu Exmo. Sr. acho que são mais que inúteis, que são perversos.

Resta afinal outro *progresso* da Idade Média, o feudalismo, que fez... e aconteceu. A esse respeito, sou eu o primeiro a declarar que dada a fatalidade do feudalismo, como chegou a dar-se na decadência do império, tudo quanto vem depois, nem é bom nem mau, é necessário: já lá vai o tempo em que a crítica ia investigar na história as *intenções* dos seus autores: hoje discute-se o *princípio* das instituições. Ora o princípio do feudalismo, lógica e abstractamente, é errado como instituição primitiva e quase humanamente inorgânica; concretamente, no seu tempo e lugar necessário, é bom exactamente por ser necessário. De modo que eu não considero se o feudalismo andou bem ou andou mal, só lamento que a civilização, depois de chegar a um período humano, tivesse, para entrar num ciclo novo e mais vasto, de voltar de novo ao período inicial, que tem como um de seus caracteres certo modo de ser social a que se chama feudalismo na Europa, e no Oriente se chamou patriarcalismo. Tendo examinado e, *no meu parecer*, refutado as doutrinas do Sr. Dr. Vilhena, e, para responder a todas as censuras que me faz, só me faltam duas. É a primeira a que diz insustentável o argumento que apresentei ao Sr. Antero de Quental da divinização de César, *porque o César pertence ao mundo antigo*. Diante disto duvido até que o Sr. Dr. Vilhena tivesse lido o meu artigo, onde escrevi: «... já muitos séculos antes (da Idade Média) começara a divinização do César..., etc.» Falta-me perguntar agora a Sua Exa. se o César deixou de continuar a ser *divinizado* nas idades modernas? Se Karl o Grande e os reis, até à Revolução, deixaram de chamar-se divinos? — E a segunda é o eu chamar leis bárbaras a certas leis, que são mais *romanas do que germânicas*; mas logo

seis linhas depois, seis linhas que servem para enumerar essas leis, diz o Sr. Dr. que *elas não estão totalmente isentas do espírito romano*. Como havemos de conciliar estes dois graus de combinação? Nem eu me cansarei com isso; demais, sei que os códigos bárbaros (teimo em continuar a chamar-lhes assim) não estão, nem podiam estar isentos de liga romana. Mas seja qual for a dosagem – não entro nisso, e o Sr. Dr. Vilhena, como jurisconsulto e erudito, faria bem em entrar nesse importante e necessário trabalho, eu perguntarei se na altura desta crítica, bárbaras (e ainda na significação histórica da palavra) quer dizer germânicas? Não, bárbaro era o teutão, barbarão o assírio, bárbaras as leis germânicas, bárbaro o influxo oriental que corrompia desde séculos o direito romano, a sociedade antiga. Bárbaros chamava a todos o homem antigo; e bárbaros eram todos, uns efeminados e caducos, outros sanguíneos e selvagens; uns os sacerdotes fêmeos de Bizâncio, outros os reis monstruosos do gentio franco; uns que trazem para a Europa a tiara e o messias, outros que de sobre a torre feudal vomitam incêndios, pilhagens, violações e guerras; uns cantando os hinos lascivos com efeminada voz, outros entoando o psalmejar fúnebre, *dies irae* de uma noite sombria, outros soltando os gritos ferozes do monstro quando sai do meio da floresta cerrada. Bárbaros todos, todos negros, como é escura a noite que tomba sobre o mundo!

Vamos a concluir. Diz o Sr. Dr. Vilhena parecer-lhe que «desde o primeiro sintoma de vida das raças arianas até aos últimos acontecimentos das sociedades actuais, a civilização da humanidade tem sempre seguido um desenvolvimento ascensional». Concordo plenamente com esta opinião. Diz, porém, mais, que é incompreensível ou absurdo que, assente isto, se diga que uma dada época da história é uma retroacção sobre a anterior – como eu digo –, e com isto não concordo. Considerando a civilização na sua totalidade substancial, é incontestável, quanto a mim, que a lei que a rege é a duma evolução progressiva. Progresso, de *processus*, é o movimento inato, espontâneo, essencial, invertível e indestrutível, que está para o espírito

como o peso para a matéria, e que principalmente se manifesta na marcha das sociedades na história (Proudhon).

O dia de hoje é sempre, substancialmente, superior ao de ontem, concretamente pode ser inferior; sucede isto quando esta inferioridade acidental é indispensável a futuros progressos, e costumamos chamar-lhe *reacção*. Toda a reacção é mediata-mente superior ao estado que a precedeu, mas é também imediatamente inferior. Se o Sr. Dr. Vilhena é revolucionário, achará 1815 acidentalmente inferior a 1793; mas perante a história ideal terá de considerá-lo superior neste sentido: como indispensável e fatal à consumação de futuros progressos; se mo permite, peço a Sua Exa. que leia o que a este respeito escrevi na introdução do *Portugal e o Socialismo*.

Ora, com a Idade Média é isso o que sucede, quanto a mim: uma reacção. A evolução humanitária que se terminara uma primeira vez, para os cultos com a queda do politeísmo, para a filosofia com o cepticismo, para a política com a queda do império, recomeçou com o Cristianismo, com o feudalismo, com a filosofia moderna: a Idade Média é uma deuterose (Proudhon).

Não me percebeu ainda o Sr. Dr. Vilhena quando eu escrevi: «a causa do retrocesso está em que nas idades antigas a civilização é um fenómeno local e nacional, e nas modernas adquire o carácter, se não universal, por menos europeu.» Leal como é o Sr. Dr. Vilhena, é evidente que a culpa é minha, por obscuro, defeito de que todos me acusam, e eu faço quanto posso para emendar. A minha ideia é a seguinte: generalizar a civilização à Europa era já uma necessidade da Evolução, visto o lugar que tinham adquirido os povos teutónicos; o facto dessa generalização é o progresso real que a Idade Média, perante a filosofia da história, consagra; mas, para alcançar esse progresso, foi mister que se dessem combinações morais e etnológicas, das quais resulta, perante a história positiva, uma média de civilização inferior ao estado antecedente.

E agora só peço ao Sr. Dr. Vilhena que se eu não soube fazer-me entender, mo diga, que eu lhe repetirei por outra forma a doutrina, até que a perceba, mas não lhe chame absurda, porque o não é.

Uma grande curva descrita no espaço, eis o que é a história, rasto luminoso do mais brilhante dos planetas, o homem. Mas essa grande curva forma-se de outras, sucessivamente, graduadas até ao infinito. Descreve a terra a sua evolução diurna, metade luz, metade sombras; luz, porém, e sombras a vão adiantando ambas no percurso que cada ano ela completa no espaço. O mesmo sucede com as sociedades: sobem, descem, caem, levantam-se; há progressos e retrocessos, há revoluções e reacções, perante a análise; mas a síntese resolve todos esses dias e todas essas noites em momentos progressivos do *ano* sublime da História.

Quando o livro do Sr. Dr. Vilhena me chegou às mãos estava eu lendo o que Dixon publicou recentemente, *Free Russia*, no capítulo *Novgorod the great*, e tinha deparado ali com este *trait* que vem a propósito: o inglês viajava num vapor tripulado por frades, e ao partirem de Novgorod, vendo a um deles com a cabeça descoberta, era de tarde, disse-lhe: «Ponha o barrete que se constipa. E o padre me respondeu: Não me constiparei se Deus for comigo.» Eis aí, concluo eu, despedindo-me cordialmente do Sr. Dr. Vilhena, a diferença entre a antiguidade estóica e a Idade Média; esta é uma reacção, porque viu o Oriente dizer à Europa que Deus bastava... até para nos livrar do relento.

J. P. OLIVEIRA MARTINS